

PROCESSO - A. I. Nº 087461.0010/22-5
RECORRENTE - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECORRIDO - CANDEIAS MELO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA.
RECURSO - RECURSO DE OFÍCIO – Acórdão 2ª JJF nº 0252-02/23-VD
ORIGEM - DAT METRO / IFEP INDÚSTRIA
PUBLICAÇÃO - INTERNET: 20/03/2025

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL**ACORDÃO CJF Nº 0067-12/25-VD**

EMENTA: ICMS. CRÉDITO FISCAL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA. SAÍDAS SUBSEQUENTES COM REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO. FALTA DE ESTORNO DE CRÉDITO FISCAL. Contribuinte apura o imposto com base no artigo 268, II do RICMS (carga tributária limitada a 12% do valor das operações de saída). Provado nos autos e reconhecido pela autoridade fiscal autuante que as entradas objeto da exação ocorreram com carga tributária inferior ou igual à da operação de saída do estabelecimento autuado. Infração insubsistente. Mantida a Decisão recorrida. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Cuidam os presentes autos de Recurso de Ofício interposto pela 2ª JJF, em razão do Acórdão Nº 0252-02/23-VD, que julgou Improcedente o Auto de Infração em tela, lavrado em 27/12/2022, que originalmente exigia ICMS no valor histórico de R\$ 185.903,72, mais multa de 60%, relativo à infração abaixo descrita, objeto do presente recurso:

Infração 01. 001.005.003. Deixou de efetuar estorno de crédito fiscal de ICMS relativo às entradas de mercadorias, cujas saídas subsequentes ocorreram com redução de base de cálculo, no valor correspondente a parte proporcional da redução.

Período: janeiro 2018 a dezembro 2020. **Enquadramento legal:** Art. 29, § 8º da Lei 7014/96 c/c art. 312, § 1º do RICMS-BA/2012. **Multa:** 60%, art. 42, VII, “b”, da Lei 7014/96.

A 2ª Junta de Julgamento Fiscal (JJF) apreciou a lide no dia de 07/12/2023 (fls. 100 a 102) e decidiu pela Improcedência do lançamento fiscal, em decisão unânime, nos termos a seguir reproduzidos.

“VOTO

“Atendendo ao regramento contido no Regulamento do Processo Administrativo Fiscal da Bahia – RPAF, o lançamento tributário se conforma com o art. 142 do CTN, vez que o crédito tributário exigido foi constituído por autoridade administrativa competente, que aplicando regular roteiro de auditoria constatou ocorrência do fato gerador da obrigação tributária, determinou a matéria tributável, calculou o montante do tributo devido, identificou o sujeito passivo e propôs a aplicação da penalidade prevista na Lei nº 7.014/96.

Trata-se de falta de estorno de crédito fiscal de ICMS relativo a entradas de mercadorias, cujas saídas subsequentes ocorreram com redução de base de cálculo, no valor correspondente à parte proporcional da redução.

O contribuinte autuado apura o ICMS com base no artigo 268, II, do RICMS-BA, tendo, portanto, carga tributária limitada a 12% para as operações de saídas de mercadorias.

Para tal caso, com meus destaques, cabe a seguinte normativa:

Lei 7.014/96

Art. 29. Para a compensação a que se refere o artigo anterior, é assegurado ao sujeito passivo o direito de creditar-se do imposto anteriormente cobrado em operações de que tenha resultado a entrada de mercadoria, real ou simbólica, no estabelecimento, inclusive a destinada ao seu uso ou consumo ou ao ativo permanente, ou o recebimento de serviços de transporte interestadual e intermunicipal ou de comunicação, inclusive quando iniciados ou prestados no exterior.

...
§ 8º Quanto à utilização do crédito fiscal relativo ao serviço tomado ou a mercadoria entrada no estabelecimento, quando prevista redução de base de cálculo na operação ou prestação subsequente com fixação expressa da carga tributária correspondente, deverá ser considerado como limite o percentual equivalente a esta carga.

RICMS-BA

Art. 312. O sujeito passivo deverá efetuar o estorno do imposto de que se tiver creditado, salvo disposição em contrário, sempre que o serviço tomado ou a mercadoria entrada no estabelecimento:

...
§ 1º Quando a operação ou prestação subsequente ocorrer com redução da base de cálculo, o valor do estorno será proporcional à redução, sendo que, havendo fixação expressa da carga tributária, o estorno será em relação ao percentual destacado na nota fiscal que exceder ao da carga tributária definida na legislação para a operação subsequente com a mercadoria ou com o produto dela resultante.

Nos demonstrativos de fls. 05-40 (sintético e analítico) que suportam as operações objeto da exação, vê-se que todas ocorreram com carga tributária igual ou inferior à autorizada para as operações de saídas do contribuinte autuado.

Então, tenho a acusação fiscal como insubsistente e voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração”.

Como a redução do crédito tributário foi superior a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), a 2ª JJF interpôs Recurso de Ofício com supedâneo no art. 169, I, do RPAF/99.

É o relatório.

VOTO

Inicialmente observo que a decisão da 2ª JJF (Acórdão JJF Nº 0252-02/23-VD) desonerou o sujeito passivo da exigência de ICMS no valor histórico de R\$ 185.903,72, além da multa de 60%, o que resultou na remessa necessária do presente feito para reapreciação nesta corte, restando cabível o presente recurso.

Trata-se de infração única, cuja conduta foi descrita como: “Deixou de efetuar estorno de crédito fiscal de ICMS relativo às entradas de mercadorias, cujas saídas subsequentes ocorreram com redução de base de cálculo, no valor correspondente a parte proporcional da redução”.

A desoneração do valor lançado decorreu da constatação de que o contribuinte autuado apura o ICMS com base no artigo 268, II, do RICMS-BA, já transcrito no relatório acima, tendo, portanto, carga tributária limitada a 12% para as operações de saídas de mercadorias.

Nessa circunstância, o art. 332, § 1º, do mesmo regulamento supra citado, dispõe que “quando a operação ou prestação subsequente ocorrer com redução da base de cálculo, o valor do estorno será proporcional à redução, sendo que, havendo fixação expressa da carga tributária, o estorno será em relação ao percentual destacado na nota fiscal que exceder ao da carga tributária definida na legislação para a operação subsequente com a mercadoria ou com o produto dela resultante”.

Dessa forma, o julgamento de primeira instância, observou corretamente, nos demonstrativos às fls. 06 a 44 (sintético e analítico), que suportam a exação, que todas as operações questionadas ocorreram com carga tributária igual ou inferior à autorizada para as operações de saídas do contribuinte autuado, não havendo estorno a ser cobrado.

Registro, ainda, que o próprio autuante, por ocasião de sua informação fiscal, constatou que as entradas de insumos no período autuado ocorreram com alíquota de 12% e 7%, ou seja, com carga tributária inferior à estipulada para as saídas com redução da Base de Cálculo.

Destarte, não havendo valor a ser exigido, considero correta a decisão de piso que desonerou o contribuinte da cobrança do imposto em lide.

Do exposto, voto pela NÃO PROVIMENTO ao Recurso de Ofício.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Ofício interposto e manter a Decisão recorrida que julgou **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº 087461.0010/22-5, lavrado contra **CANDEIAS MELO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA.**

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 26 de fevereiro de 2025.

EDUARDO RAMOS DE SANTANA – PRESIDENTE

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA – RELATOR

MARCELO CARDOSO DE ALMEIDA MACHADO - REPR. DA PGE/PROFIS

